CIRCULAR SUSEP № 590, DE 29 DE JULHO DE 2019.

Altera a Circular Susep nº 517, de 30 de julho de 2015, e revoga a Circular Susep nº 344, de 21 de junho de 2007.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das competências que lhe foram delegadas nos termos da alínea "b" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; do parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007; do § 2º do art. 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei Complementar nº 137 de 26 de agosto de 2010; e do art. 74 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e considerando o que consta do processo Susep nº 15414.620001/2019-07,

R S 0 Ε

Art.1ºA Circular Susep nº 517, de 30 de julho de 2015, passa a vigorar com as seguintes alteracões:

nterações.
"Art. 108-E
§ 1º-A. O Gestor de Riscos estará desobrigado de realizar a atribuição prevista no inciso II do caput , no que tange aos processos utilizados para gestão de riscos, caso a supervisionada possua uma unidade específica, não subordinada a ele, responsável pela avaliação de seus controles internos, devendo tal unidade elaborar relatório análogo ao descrito no § 4º especificamente sobre esta atividade.
§ 3º Nos casos em que o Gestor de Riscos pertença à própria supervisionada, a nomeação ou a destituição do profissional responsáve por esta função deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração ou caso este não exista pela Diretoria

- § 4º Com relação ao reporte previsto no inciso VI do caput deste artigo, o Gestor de Riscos deverá elaborar, no mínimo anualmente, um relatório contendo:
- I as análises efetuadas e as respectivas conclusões;
- II informações a respeito de novos riscos, deficiências relativas à Estrutura de Gestão de Riscos e violações ao Apetite por Risco e a outros limites de exposição definidos, com a indicação das ações corretivas necessárias em cada caso e dos respectivos responsáveis e prazos de implementação;
- III comentários sobre a efetividade das ações corretivas, indicadas inclusive em relatórios anteriores, que tenham sido implementadas desde o último relatório;
- IV comentários sobre as ações corretivas, indicadas inclusive em relatórios anteriores, que estejam fora do prazo de implementação acordado: e

- V as manifestações dos responsáveis pela implementação das ações corretivas mencionadas nos incisos II, III e IV." (NR)
- "Art. 108-EA. Sempre que houver nomeação ou destituição do Gestor de Riscos, a supervisionada deverá comunicar o fato à Susep, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, através do protocolo de expediente assinado pelo diretor responsável pelos controles internos ou pelo diretor responsável pelas relações com a Susep.
- § 1º O disposto no **caput** aplica-se aos casos previstos no § 2º do art. 108-E e ao caso em que o Gestor de Riscos pertença à própria supervisionada.
- § 2º O expediente mencionado no **caput** deverá conter:
- I identificação dos profissionais nomeados e/ou destituídos;
- II no caso específico de destituição, descrição das razões que a motivaram; e
- III sempre que requerido nos termos do § 3º do art. 108-E, documento que comprove a aprovação do ato pelo órgão competente." (NR)

"Art. 108-L	 	
§ 1.º	 	
V	 	

- f) Gestão de Tecnologia da Informação;
- g) Gestão da continuidade dos negócios; e
- h) Prevenção, detecção e resposta a fraudes." (NR)
- "Art. 108-R. A supervisionada deverá estruturar um cronograma de treinamentos relativos à Estrutura de Gestão de Riscos, particularmente para funcionários em posição de alta responsabilidade ou ligados a atividades de alto risco." (NR)
- "Art. 108-S. É vedada a delegação de quaisquer responsabilidades e atribuições da Diretoria e do Conselho de Administração previstas neste capítulo." (NR)

Art.2ºFicam revogados:

- os arts. 108-M e 108-N da Circular Susep nº 517, de 2015; e
- a Circular Susep nº 344, de 21 de junho de 2007.

Art.3ºEsta Circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por SOLANGE PAIVA VIEIRA (MATRÍCULA 1296472), Superintendente da Susep, em 30/07/2019, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador externo.php? 💆 acao=documento conferir&acao origem=documento conferir&id orgao acesso externo=0 informando o código verificador **0523883** e o código CRC **B8CF0FDE**.

Referência: Processo nº 15414.620001/2019-07 SEI nº 0523883